

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 3/2025**
UASG: 987541**INFORMAÇÕES BÁSICAS**

- **Número do Processo:** 655 /2025
- **Órgão Requisitante:** Departamento de Cultura
- **Responsável pela Elaboração:** Gilvana Fátima Schmoeller
- **Data de Elaboração:** 18/3/2024

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

A realização de eventos culturais em Dois Vizinhos representa não apenas uma ação de lazer e entretenimento para a população, mas também um mecanismo fundamental de valorização da cultura local, fomento ao turismo, incentivo à economia criativa e fortalecimento da identidade social. No entanto, a efetivação desses eventos exige uma infraestrutura complexa e adequada, capaz de garantir não apenas a viabilidade técnica das apresentações, mas também a segurança, o conforto e a acessibilidade do público e dos artistas envolvidos. A ausência dessa estrutura compromete significativamente a qualidade das atividades culturais promovidas pelo município, prejudicando sua capacidade de atender aos anseios da população e inviabilizando a consolidação de Dois Vizinhos como referência regional na promoção da cultura.

O Departamento de Cultura do município não dispõe de equipamentos próprios para a realização desses eventos, o que torna necessária a locação de estruturas específicas como palco, sistema de sonorização e iluminação, painéis de LED, geradores de energia, tendas, grades de contenção, banheiros químicos e palco praticável. A carência desses recursos acarreta impactos diretos na qualidade técnica das apresentações, podendo comprometer a experiência do público, desvalorizar a produção cultural local e gerar situações de risco. Sem um sistema de sonorização eficiente, por exemplo, apresentações musicais e teatrais podem perder sua clareza e impacto, prejudicando a recepção do público e inviabilizando a realização de espetáculos de maior porte. A iluminação inadequada compromete a visibilidade das atrações, afeta a estética das apresentações e pode criar pontos de insegurança no ambiente do evento.

Além da questão técnica, há uma preocupação essencial com a segurança dos participantes. A ausência de grades de contenção dificulta o controle de fluxo de pessoas, podendo ocasionar aglomerações desordenadas e comprometendo a integridade do público. A inexistência de banheiros químicos gera transtornos significativos, principalmente em eventos de longa duração ou que concentram um grande número de espectadores, podendo até mesmo afastar o público de determinadas programações devido à falta de infraestrutura básica de atendimento às necessidades sanitárias. Da mesma forma, a ausência de tendas e estruturas de proteção contra intempéries climáticas expõe artistas, técnicos e participantes às variações do clima, o que pode levar à interrupção das atividades em caso de chuvas ou forte incidência solar, comprometendo a programação prevista.

Outro ponto crítico é a questão do fornecimento de energia elétrica. Eventos culturais dependem de uma alimentação elétrica estável para garantir o funcionamento de



equipamentos essenciais como som, iluminação, painéis de LED e outros dispositivos técnicos. Qualquer falha no fornecimento pode resultar na paralisação da programação, gerando frustração no público e prejuízos logísticos para a organização. O uso de geradores, portanto, não é uma opção secundária, mas sim uma necessidade estratégica para assegurar a continuidade dos eventos e evitar transtornos operacionais que comprometam sua execução.

Do ponto de vista da organização e planejamento, a falta de um palco adequado e de elementos estruturais como treliças e palco praticável dificulta a execução de espetáculos que exigem diferenciação de níveis, movimentação dos artistas e montagem de cenários mais elaborados. Isso impacta diretamente a qualidade técnica das apresentações e reduz a possibilidade de realização de eventos que demandem uma estrutura mais profissionalizada. A ausência de painéis de LED, por sua vez, limita a comunicação visual do evento, reduzindo a capacidade de interação com o público e dificultando a exibição de conteúdos informativos, além de impactar negativamente a experiência estética da programação cultural.

Além das questões técnicas e operacionais, há um impacto direto na percepção do valor da cultura como política pública. A realização de eventos mal estruturados pode gerar na população uma visão de amadorismo na gestão cultural, prejudicando a credibilidade do município como promotor de eventos e desestimulando a participação popular. A cultura é um direito constitucionalmente garantido e deve ser promovida com a mesma seriedade e planejamento que qualquer outra política pública essencial. Quando não há um investimento adequado em infraestrutura, o próprio reconhecimento da importância da cultura no desenvolvimento social e econômico fica comprometido.

Por fim, a inexistência de uma estrutura própria para eventos culturais não apenas dificulta a execução das atividades promovidas pelo Departamento de Cultura, mas também impede que o município se consolide como um polo de referência para a realização de festivais e programações culturais que possam atrair visitantes de outras cidades e fomentar a economia local. Eventos bem estruturados geram impacto positivo no comércio, estimulam o turismo e fortalecem a economia criativa, criando oportunidades para artistas, técnicos, produtores e empreendedores do setor.

Dessa forma, a necessidade que se apresenta não se restringe à viabilização de eventos em si, mas sim à criação de condições técnicas, estruturais e organizacionais que garantam a realização de programações culturais com qualidade, segurança e acessibilidade, possibilitando que a população de Dois Vizinhos tenha acesso a manifestações artísticas bem executadas e compatíveis com os padrões esperados em eventos de referência. O investimento em infraestrutura para eventos culturais não deve ser visto como uma despesa ocasional, mas como um compromisso com a democratização do acesso à cultura, a valorização do patrimônio imaterial do município e o fortalecimento do setor cultural como vetor de desenvolvimento econômico e social.

ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;

Id do item no PCA: 16

Classe/Grupo: S SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL VEÍCULOS A MOTOR, FERROVIÁRIOEMBARCAÇÕES, AERONAVES, DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, S/OPER;



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Identificador da Futura Contratação: 987541-18/2025.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) para os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09 a empresa deverá apresentar Certificado de registro no CREA OU CAU, juntamente com a identificação do responsável técnico e seu registro no órgão competente CREA OU CAU.
- b) A empresa deverá apresentar comprovante de vínculo entre o responsável Técnico e a empresa. (Interessados nos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09).
- c) A Comprovação de que o (a) responsável técnico (a) indicado (a) pertence ao quadro da empresa poderá ser comprovada das seguintes formas:
 - a. se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante.
 - b. quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.
 - c. se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de Serviços regido pela legislação comum.
- d) Apresentar Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA OU CAU, para os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09.
- e) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - a. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
 - b. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
 - c. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Documentação Complementar:

- f) o (s) vencedor (es) dos itens 14 e 15 (Conjunto de Banheiros Químicos) no ato da assinatura do Contrato deverá apresentar Licença Ambiental para transporte e destinação dos dejetos

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)



A quantidade estimada teve como base o histórico de contratação do Município, o calendário de eventos da Secretaria de Educação e Cultura o planejamento de apresentações do Departamento de Cultura, ainda se levou em consideração a realização de eventos de divulgação dos projetos relacionados à Cultura.

LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)

Diante da necessidade de garantir infraestrutura adequada para a realização de eventos culturais em Dois Vizinhos, foram analisadas diferentes alternativas para solucionar o problema identificado. Entre as principais possibilidades, destacam-se: (1) a aquisição de equipamentos próprios pelo município, (2) a realização de parcerias público-privadas ou captação de patrocínios para fornecimento da estrutura e (3) a contratação de serviços de locação de equipamentos e estruturas por meio de empresa especializada. Para fundamentar a decisão final, é essencial considerar os impactos técnicos, operacionais e econômicos de cada alternativa, assegurando a escolha mais eficiente e vantajosa para o interesse público.

A aquisição de equipamentos próprios poderia proporcionar maior autonomia ao município na realização de eventos, eliminando a necessidade de contratações recorrentes para cada programação cultural. Entretanto, essa alternativa apresenta desafios significativos. A diversidade de eventos ao longo do ano exige equipamentos específicos para cada necessidade, como sistemas de sonorização, iluminação cênica, painéis de LED, geradores de energia, estruturas de palco e itens de suporte. A compra desses equipamentos demandaria um investimento inicial elevado, além da necessidade de infraestrutura para armazenamento adequado e manutenção periódica, a fim de garantir a durabilidade e o bom funcionamento dos itens adquiridos.

Outro fator relevante é que o município não possui, na Lei Municipal nº 1.666/2011, a previsão dos cargos de Técnico de Som e Técnico de Iluminação, profissionais essenciais para a operação, montagem e manutenção desses equipamentos. A ausência desses servidores no quadro funcional representa um obstáculo técnico à gestão eficiente dos equipamentos caso fossem adquiridos, pois sua instalação, calibração e operação demandam conhecimento especializado. Dessa forma, a viabilidade da aquisição de equipamentos próprios exigiria, necessariamente, a criação desses cargos na estrutura administrativa do município, o que implicaria na ampliação da despesa fixa com pessoal.

É importante destacar que os cargos de Técnico de Som e Técnico de Iluminação são fundamentais para a execução de eventos de forma profissional e segura. No entanto, sua inexistência na legislação municipal inviabiliza, no momento, a internalização desses serviços, tornando necessária uma solução alternativa que permita ao município suprir essa demanda sem comprometer a qualidade técnica dos eventos.

A captação de patrocínios ou parcerias público-privadas poderia, em teoria, reduzir custos para o município ao transferir parte da responsabilidade pela infraestrutura para empresas privadas. No entanto, essa solução apresenta desafios operacionais e estratégicos. O primeiro entrave é a imprevisibilidade desse modelo, pois a obtenção de patrocínios depende do interesse do setor privado e de sua capacidade financeira, o que pode gerar incerteza na realização dos eventos. Além disso, a negociação com patrocinadores pode resultar em imposições que desviem o foco cultural das programações, priorizando interesses comerciais em detrimento da qualidade artística e da democratização do acesso à cultura. Além disso, dificilmente essa alternativa



garantiria a totalidade da estrutura necessária, exigindo que o município complementasse os equipamentos por meio de outras contratações, o que poderia gerar custos adicionais e dificuldades logísticas.

Diante das limitações das alternativas anteriores, a contratação de serviços de locação de equipamentos e estrutura para eventos se apresenta como a solução mais eficiente e racional, tanto do ponto de vista técnico quanto econômico e operacional. A locação permite ao município dispor, sob demanda, de infraestrutura moderna e de alta qualidade, ajustada às necessidades específicas de cada evento, sem a necessidade de um investimento inicial elevado e sem os custos contínuos de manutenção e armazenamento de equipamentos próprios.

Do ponto de vista técnico, a locação garante que os eventos utilizem equipamentos atualizados e tecnologicamente avançados, evitando o risco de obsolescência que ocorre na aquisição de bens permanentes. A contratação de uma empresa especializada também assegura que a montagem e operação dos equipamentos sejam realizadas por profissionais capacitados, eliminando riscos de falhas técnicas e garantindo a qualidade das apresentações. Além disso, a flexibilidade proporcionada pela locação permite que a estrutura contratada seja dimensionada conforme a demanda de cada evento, evitando subutilização de recursos e desperdícios.

Sob a perspectiva econômica, a locação elimina custos com aquisição, manutenção, reposição de peças e armazenagem de equipamentos. Como o município não possui, atualmente, servidores efetivos nas funções de Técnico de Som e Técnico de Iluminação, a locação também se mostra vantajosa porque já inclui no serviço a operação e montagem dos equipamentos, garantindo que os eventos sejam executados com segurança e eficiência sem que o município precise, no momento, ampliar seu quadro funcional. Isso não significa que esses cargos não sejam necessários, mas sim que, enquanto não houver sua criação formal na estrutura administrativa, a locação se torna a alternativa mais viável para suprir essa demanda.

Operacionalmente, a locação também se destaca como a melhor escolha, pois as empresas contratadas são responsáveis por toda a logística de instalação e desmontagem da estrutura, assegurando que normas de segurança sejam seguidas rigorosamente. Isso minimiza riscos estruturais, falhas elétricas e outros problemas que poderiam comprometer a realização dos eventos. Além disso, a contratação de serviços especializados permite suporte técnico durante as apresentações, garantindo que eventuais imprevistos sejam resolvidos rapidamente, sem prejuízo para o público e os artistas.

Outro aspecto relevante é a previsibilidade orçamentária proporcionada pela locação. Como os custos são previamente definidos no contrato, o município consegue planejar suas despesas de forma mais eficiente, sem necessidade de arcar com gastos inesperados decorrentes da manutenção ou substituição de equipamentos defeituosos. Dessa forma, a contratação por locação permite que os recursos públicos sejam utilizados de forma otimizada, garantindo a execução de eventos culturais de qualidade sem comprometer o equilíbrio financeiro do município.

Portanto, a contratação de serviços de locação de equipamentos e infraestrutura para eventos se configura como a solução mais adequada e racional para atender às necessidades do Departamento de Cultura de Dois Vizinhos. Essa alternativa permite que o município ofereça eventos bem estruturados, tecnicamente qualificados e seguros, garantindo uma experiência satisfatória para o público e valorizando a produção cultural local. Além de representar a opção economicamente mais eficiente no atual cenário, a



locação proporciona flexibilidade, modernização contínua dos equipamentos e suporte técnico especializado, garantindo que as políticas culturais do município sejam executadas com excelência e responsabilidade fiscal.

Ademais, é fundamental ressaltar que a ausência dos cargos de Técnico de Som e Técnico de Iluminação na Lei Municipal nº 1.666/2011 reforça a necessidade de, em um planejamento futuro, avaliar a criação dessas funções para que o município possa, eventualmente, internalizar parte dessas atividades. No entanto, até que essa medida seja efetivada, a locação se apresenta como a alternativa mais viável para garantir que a população de Dois Vizinhos tenha acesso a eventos culturais de alto nível, com infraestrutura adequada e sem comprometer a execução das políticas públicas culturais.

O objeto deste estudo está enquadrado nas hipóteses de SIMPLES, conforme Lei Complementar 123/2006.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

De acordo com a quantidade estimada, a secretaria estima o valor de R\$ 676.939,65 (seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos), considerando o histórico de contratações por este Departamento.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)

A solução adotada para atender à necessidade de infraestrutura dos eventos culturais do município consiste na contratação de serviços de locação de equipamentos e estruturas, garantindo que cada evento disponha de palco, sonorização, iluminação, painéis de LED, geradores, tendas, grades de contenção, banheiros químicos e demais itens essenciais para sua realização com qualidade e segurança. Essa modalidade permite que o município utilize equipamentos modernos e adequados às especificidades de cada programação, sem a necessidade de aquisição, manutenção ou armazenamento de bens permanentes. Além disso, a contratação de empresa especializada assegura a montagem, operação e desmontagem dos equipamentos por profissionais capacitados, fator essencial considerando que a Lei Municipal nº 1.666/2011 não prevê os cargos de Técnico de Som e Técnico de Iluminação, o que impossibilita a administração direta desses serviços pelo município. Essa abordagem proporciona eficiência técnica, flexibilidade operacional, redução de custos fixos e previsibilidade orçamentária, garantindo a continuidade e a qualidade das ações culturais em Dois Vizinhos, sem comprometer a segurança dos eventos ou o equilíbrio financeiro da administração pública.

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

A adoção do parcelamento desta contratação se justifica pela necessidade de garantir maior eficiência, economicidade e adequação dos serviços às especificidades de cada evento realizado pelo município. A natureza dos itens a serem contratados, como locação de palco, sonorização, iluminação, painéis de LED, geradores de energia, tendas, grades de contenção e banheiros químicos, exige flexibilidade para que a Administração possa dimensionar a estrutura conforme a demanda de cada programação cultural, evitando desperdícios ou contratações desnecessárias. O parcelamento possibilita a contratação dos serviços de maneira segmentada, permitindo que os recursos públicos sejam empregados



de forma mais racional, conforme a necessidade real de cada evento, sem comprometer o orçamento municipal com um contrato único e de grande porte que possa gerar subutilização de determinados equipamentos.

Além disso, essa estratégia favorece a competitividade no processo licitatório, ampliando a participação de empresas especializadas em cada tipo de serviço, o que tende a resultar em melhores condições comerciais e maior qualidade na execução dos serviços. Empresas que atuam especificamente em sonorização, iluminação ou montagem de estruturas, por exemplo, podem apresentar propostas mais vantajosas e tecnicamente superiores dentro de seus respectivos segmentos, garantindo que cada item da contratação seja prestado por fornecedores com expertise na área correspondente.

Outro fator relevante para a adoção do parcelamento é a possibilidade de melhor planejamento e controle da execução dos serviços, permitindo que a fiscalização da Administração seja mais eficiente e direcionada, com acompanhamento detalhado da entrega de cada item contratado. Isso reduz o risco de falhas na prestação dos serviços e assegura que a infraestrutura disponibilizada esteja alinhada com as exigências técnicas e operacionais de cada evento. Dessa forma, o parcelamento da contratação representa a alternativa mais adequada para garantir a otimização dos recursos públicos, a qualidade dos serviços prestados e a melhor adequação da estrutura às necessidades culturais do município.

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

A contratação dos serviços de locação de equipamentos e estrutura para eventos culturais tem como principal objetivo garantir a realização de programações culturais bem estruturadas, seguras e acessíveis, promovendo o fortalecimento das manifestações artísticas e o direito da população ao acesso à cultura. Com a disponibilização de palco, sonorização, iluminação, painéis de LED, geradores de energia, tendas, grades de contenção, banheiros químicos e demais itens essenciais, espera-se que os eventos organizados pelo município ocorram de forma eficiente, proporcionando experiências de qualidade tanto para os artistas quanto para o público. Além disso, a solução adotada busca garantir maior previsibilidade orçamentária e eficiência no uso dos recursos públicos, evitando gastos excessivos com aquisição e manutenção de equipamentos próprios. A terceirização dos serviços também permite que os eventos contem com suporte técnico especializado, reduzindo falhas operacionais e garantindo que todas as normas de segurança sejam rigorosamente cumpridas. Espera-se, ainda, que a estrutura adequada contribua para o fortalecimento do turismo e da economia local, incentivando a participação da comunidade e de visitantes em eventos que promovam a identidade cultural do município. Dessa forma, a contratação visa não apenas suprir uma demanda técnica e estrutural, mas também consolidar Dois Vizinhos como referência regional na realização de eventos culturais de qualidade, estimulando a valorização da cultura e o desenvolvimento social e econômico da cidade.

Os serviços de locação de equipamentos e estrutura para eventos culturais são considerados serviços comuns, pois envolvem atividades padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e cuja execução pode ser aferida por meio de especificações usuais. A locação de itens como palco, sonorização, iluminação, painéis de LED, geradores de energia, tendas, grades de contenção, banheiros químicos e estruturas modulares não demanda desenvolvimento técnico especializado ou soluções sob medida, visto que tais equipamentos seguem normas técnicas e padrões de mercado previamente



estabelecidos. Além disso, a instalação, operação e desmontagem desses itens são realizadas de acordo com práticas consolidadas no setor, permitindo a comparação objetiva de propostas e a definição clara de requisitos técnicos na contratação. Dessa forma, a prestação desse serviço pode ser facilmente definida em termos de qualidade, desempenho e conformidade com as necessidades do município, caracterizando-se como um serviço comum passível de contratação por meio de pregão eletrônico.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

Neste momento de planejamento da contratação não foram vislumbradas necessidades de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Leda Maria Ferrari
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Gilvana Fatima Schmoeller
Fiscal Técnico:	Não necessita
Suplentes:	Jailene Dal Bosco

CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

São correlatas à esta contratação todas as demandas relacionadas à realização de eventos culturais. A exemplo da aquisição de tecidos, materiais de decoração de natal e Páscoa, Produções musicais, máquinas de costura, contratação de empresas para realização de oficinas culturais, materiais das oficinas de circo, materiais para exposição de pintura, e demais materiais necessários para realização dos eventos da Secretaria solicitante.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

A realização de eventos culturais com infraestrutura de grande porte pode gerar impactos ambientais que devem ser considerados e mitigados para minimizar possíveis danos ao meio ambiente. Entre os principais impactos, destaca-se o aumento na geração de resíduos sólidos, como copos plásticos, embalagens de alimentos e materiais descartáveis utilizados pelo público e pelas equipes técnicas. Para mitigar esse problema, é fundamental a implementação de um plano de gestão de resíduos, incluindo a disponibilização de lixeiras seletivas, campanhas de conscientização sobre descarte adequado e, sempre que possível, parcerias com cooperativas de reciclagem para destinação correta dos materiais.

Outro impacto relevante é o consumo excessivo de energia elétrica, especialmente devido ao uso de equipamentos de som, iluminação e painéis de LED. Para reduzir esse impacto, recomenda-se a utilização de equipamentos de alta eficiência energética,



priorizando tecnologias que demandem menor consumo elétrico. Além disso, o uso de geradores a diesel, quando necessário, pode gerar emissões de gases poluentes, sendo recomendável a escolha de modelos que utilizem biocombustíveis ou tecnologias menos poluentes, bem como a manutenção adequada para reduzir a emissão de partículas e ruídos.

A realização de eventos também pode impactar a qualidade do solo e dos recursos hídricos, principalmente quando ocorre em espaços abertos, como praças e parques. A instalação inadequada de banheiros químicos ou a ausência de um controle eficiente de efluentes pode gerar contaminação do solo e da água. Para evitar esses problemas, é essencial garantir que os banheiros químicos sejam posicionados em locais adequados, com destinação correta dos resíduos, seguindo as normas ambientais e sanitárias.

Além disso, a poluição sonora decorrente da amplificação sonora pode gerar impactos negativos, especialmente em áreas residenciais ou próximas a unidades de conservação ambiental. Para mitigar esse impacto, devem ser adotadas medidas como controle de volume dentro dos limites estabelecidos pela legislação, uso de barreiras acústicas sempre que possível e definição de horários adequados para a realização dos eventos, evitando transtornos à comunidade.

Por fim, a presença de um grande número de pessoas pode resultar em pisoteamento e degradação da vegetação em áreas naturais, principalmente em eventos realizados em praças, parques ou espaços públicos com cobertura vegetal sensível. Para minimizar esse impacto, é recomendável a instalação de piso modular ou plataformas para proteger áreas vulneráveis, além da delimitação de espaços para circulação do público, evitando o desgaste do solo e da flora local.

Além disso, preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A contratação dos serviços de locação de equipamentos e estrutura para eventos culturais demonstra-se a alternativa mais adequada para atender à necessidade identificada, garantindo a realização de programações culturais com infraestrutura de qualidade, segurança e eficiência. Diante da inexistência de equipamentos próprios e da ausência dos cargos de Técnico de Som e Técnico de Iluminação na estrutura administrativa prevista pela Lei Municipal nº 1.666/2011, a locação permite que o município tenha acesso a equipamentos modernos e adequados sem a necessidade de aquisição, manutenção ou armazenamento, evitando custos fixos elevados e garantindo flexibilidade na adaptação da estrutura conforme as demandas específicas de cada evento. Além disso, a contratação de empresa especializada assegura a execução dos serviços por profissionais capacitados, minimizando riscos operacionais e garantindo que todas as normas técnicas e de segurança sejam cumpridas. Dessa forma, a solução adotada atende plenamente ao interesse público, promovendo a democratização do acesso à cultura, otimizando o uso dos recursos municipais e fortalecendo Dois Vizinhos como referência regional na realização de eventos culturais de qualidade.



Município de
Dois Vizinhos
Estado do Paraná

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
Se trata da locação de equipamentos de som e iluminação para eventos culturais.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico

Critério de Julgamento: menor preço por item

Modo de disputa: aberto.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A motivação das exigências previstas no edital fundamenta-se na necessidade de assegurar que os serviços a serem contratados sejam executados por empresas tecnicamente capacitadas, garantindo a segurança, qualidade e conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes. A exigência de que as empresas licitantes dos itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09 apresentem certificado de registro no CREA ou CAU, acompanhada da identificação do responsável técnico e de seu respectivo registro no órgão competente, visa garantir que as empresas participantes possuam habilitação profissional e capacidade técnica para a execução dos serviços, assegurando que as montagens de estruturas como palco, iluminação, painéis de LED e treliças atendam às normas de segurança estabelecidas pelos conselhos profissionais.

A exigência do comprovante de vínculo entre o responsável técnico e a empresa tem como objetivo evitar a participação de empresas que utilizam profissionais sem relação efetiva com a organização apenas para atender formalmente às exigências do edital. Esse vínculo pode ser demonstrado por meio de contrato de trabalho, carteira de trabalho e previdência social, ficha de registro de empregados, ato constitutivo da empresa, contrato social ou contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil, garantindo que o responsável técnico tenha real envolvimento na execução do serviço contratado.

A obrigatoriedade da apresentação de Certidão de Acervo Técnico expedida pelo CREA ou CAU para os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 09 fundamenta-se na necessidade de demonstrar que a empresa e seu responsável técnico possuem experiência comprovada na execução de serviços similares, assegurando que a infraestrutura do evento seja montada por profissionais qualificados. Além disso, exige-se a comprovação de aptidão para execução dos serviços por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, garantindo que a empresa tenha histórico de prestação de serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto da contratação. Para garantir maior



competitividade e viabilizar a participação de empresas com experiência real na área, o edital permite o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante, bem como a apresentação desses documentos em nome da matriz ou filial da empresa licitante. Ainda, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, caso solicitado, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local de execução do serviço, evitando fraudes e garantindo a transparência do processo.

No caso específico dos vencedores dos itens 14 e 15, que tratam da locação de banheiros químicos, exige-se a apresentação da licença ambiental para transporte e destinação dos dejetos no ato da assinatura do contrato. Essa exigência é justificada pela necessidade de garantir que a destinação dos resíduos sanitários seja realizada em conformidade com as normas ambientais, evitando impactos negativos ao meio ambiente e garantindo que a empresa contratada possua autorização dos órgãos competentes para a realização desse serviço.

Portanto, todas as exigências estabelecidas no edital foram cuidadosamente definidas para garantir que a contratação ocorra dentro dos princípios da legalidade, isonomia e eficiência, assegurando que os serviços sejam prestados por empresas tecnicamente capacitadas, minimizando riscos operacionais e garantindo a segurança e a qualidade dos eventos culturais promovidos pelo município.

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso **X** - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Risco	Dano Potencial	Ação Preventiva	Ação Mitigadora
Falta de empresas interessadas na licitação	Fracasso da licitação, inviabilizando a contratação dos serviços	Realização de ampla pesquisa de mercado e divulgação antecipada do certame	Revisão do edital e reabertura do certame com ajustes nos critérios, se necessário
Propostas com valores acima do orçamento estimado	Impossibilidade de adjudicação dos itens dentro do orçamento disponível	Elaboração criteriosa da estimativa de preços com ampla pesquisa de mercado	Reavaliação do orçamento e, se necessário, nova pesquisa de preços para readequação
Contratação de empresa sem experiência suficiente	Má qualidade na prestação dos serviços, comprometendo o evento	Exigência de qualificação técnica e atestados de capacidade operacional	Aplicação de sanções contratuais e, se necessário, substituição da empresa contratada
Atrasos na entrega e montagem dos equipamentos	Impacto na organização e cronograma do evento, causando transtornos ao público	Definição clara de prazos e penalidades no contrato para atrasos injustificados	Acompanhamento contínuo do cronograma e imposição de penalidades por descumprimento
Falhas técnicas durante a execução do evento	Interrupção do evento ou comprometimento da experiência do público	Inspeção técnica prévia dos equipamentos e exigência de suporte técnico	Equipe de suporte técnico de prontidão para correção imediata de falhas
Descumprimento de prazos contratuais	Desorganização na execução do contrato e possíveis penalidades para o município	Monitoramento contínuo da execução do contrato com fiscalização rigorosa	Adoção de medidas corretivas, como reprogramação da entrega e notificações formais



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Risco	Dano Potencial	Ação Preventiva	Ação Mitigadora
Problemas com a destinação de resíduos dos banheiros químicos	Impacto ambiental e sanções administrativas por descumprimento da legislação	Exigência de licença ambiental e verificação prévia da idoneidade da empresa	Fiscalização rigorosa da destinação dos resíduos e aplicação de multas por descumprimento
Problemas climáticos impactando a estrutura do evento	Risco de cancelamento ou danos estruturais, afetando a segurança dos participantes	Planejamento de infraestrutura alternativa, como reforço em tendas e coberturas	Monitoramento climático e definição de medidas emergenciais para minimizar impactos

Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

Devido à natureza comum do objeto e não se tratar de medicamentos, todos os documentos acostados ao processo terão caráter público.

Dois Vizinhos, 18 de março de 2025.

Gilvana Fátima Schmoeller
Diretora de Cultura
Matrícula Funcional: 18326-1
Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar